

DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL: PLANO DE INTERVENÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN

Ana Carolina PAIVA RODRIGUES (1), Magno MIRANDA GOMES (2)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal-RN. CEP: 59015-000, e-mail: anacarolpr@yahoo.com.br

(2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal-RN. CEP: 59015-000, e-mail: magnogeoifrn@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada no município de Ipanguaçu-RN, nordeste brasileiro, que contempla questões geográficas quanto aos aspectos físicos e socioeconômicos, no qual, refletimos sobre as possibilidades de desenvolvimento local baseado na economia solidária e na sustentabilidade. Para obtenção dos resultados foram realizadas entrevistas às autoridades políticas do município e professores do curso de Agroecologia do IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte) em Ipanguaçu, a fim de discutir o papel dos projetos desenvolvidos com relação à fruticultura irrigada dos produtores locais. Tendo em vista a intervenção de multinacionais na economia local, a dinâmica socioeconômica é fortemente prejudicada. Assim, buscamos, nesse sentido propor alternativas para os pequenos produtores desenvolverem uma autonomia econômica, tendo como objetivo abastecer o mercado interno e fomentar a valorização da mão de obra e a produção local. Com base nesses aspectos idealizamos uma cooperativa agrícola de fruticultura, para dar o devido suporte aos pequenos produtores.

Palavras-chave: fruticultura, sustentabilidade, desenvolvimento, local.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir uma idéia de desenvolvimento econômico sustentável para o município de Ipanguaçu. Através de uma cooperativa serão desenvolvidas idéias que trabalhem os conceitos de desenvolvimento local e sustentável dentro da perspectiva da economia solidária.

Pensando no conceito de desenvolvimento sustentável, foram realizadas consultas a partir de dados colhidos no IBGE, em sítios da internet, livros e consultas em revistas especializadas, foi realizada uma análise da realidade estatística do município na tentativa de entender como sua economia apresenta influência com a saúde, com a educação e com a cultura. Na tentativa de entender a dinâmica de Ipanguaçu e da região do vale do Açu para o posterior estudo da área.

A proposta apresentada foi baseada em informações coletadas no município de Ipanguaçu, onde foi percebida a necessidade de levar à população que trabalha com agricultura irrigada um importante meio para sobrevivência comercial da localidade. De fato, esses pequenos produtores nem podem competir com as grandes empresas fruticultoras, mas o principal objetivo é levar para esses pequenos produtores a autonomia e desenvolver técnicas de administração para gerar também uma cooperativa digna de ser concorrente com outras dentro da regionalidade. Pensando ainda na importância do IFRN em Ipanguaçu e o quanto seria interessante se todos os atores pudessem estabelecer parcerias na construção dessa cooperativa, que seja baseada nos conceitos de desenvolvimento local e sustentável dentro da perspectiva da economia solidária. Apresentamos as características gerais do município, peculiaridades do meio físico que possibilitaram a expansão da atividade fruticultora. O perfil econômico, posteriormente, coloca-se como importante fator de análise para a construção das propostas de estabelecimento dessa cooperativa.

2. DELIMITAÇÃO DO SETOR DE PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MEIO FÍSICO

O município de Ipanguaçu, localizado na microrregião do Vale do Açu, na mesorregião Oeste Potiguar, está inserida nas coordenadas geográficas: 5° 31" de latitude Sul e 36° 53" de longitude Oeste, a margem direita do Rio Piranhas-Açu. Que cruza o Estado do Rio Grande do Norte.



Figura 1: Microrregião do Vale do Açu/RN
Fonte: Webcarta.net (2007)

O setor de pesquisa, apresenta ainda, expansão de atividades impactantes ao longo das terras férteis que perfazem grande parte do município, sendo almejadas por empresas nacionais e transnacionais. O ponto culminante do município situa-se na Serra de Pataxó com 107 metros de altitude. O clima de Ipanguaçu é semi-árido, muito seco, com temperaturas médias anuais máxima de 33,0 °C, médias de 27,9 °C e mínimas de 21,0 °C com chuvas mais abundantes no outono. A dinamicidade econômica da região do vale do Açu veio acompanhada de relevantes problemas, tornando justificável o destaque apresentado aos problemas ambientais enfrentados por Ipanguaçu na busca da construção de projetos que beneficiem a população de forma mais justa.

2.1 Características do Meio Físico

2.1.1 Geologia e Geomorfologia

O município de Ipanguaçu encontra-se, inserido, geologicamente no seio da província Borborema, apresentando terrenos constituídos por rochas cristalinas no setor meridional e terrenos sedimentares representados pelos cacarios e coberturas aluvionares na porção central e setentrional do estado. (CPRM, 2005) A altitude média do município não ultrapassa os 100m, sendo caracterizada geomorfologicamente por terrenos rebaixados da Depressão Sublitorânea, entre o Planalto da Borborema e Depressão Sublitorânea e a Depressão Sertaneja, entre o Planalto da Borborema e a Chapada do Apodi. (CPRM, 2005)

2.1.2 Recursos Hídricos

A água e o solo do Rio Grande do Norte estão condicionados, sobretudo, à natureza de sua geologia e clima semi-árido em quase 90% do seu território. Os recursos hídricos são, quase que exclusivamente todos oriundos da acumulação de águas pluviais em reservatórios artificiais, exemplo a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que beneficia a economia do município de Ipanguaçu.

O rio Piranhas-Açu cobre com suas águas 40% da área do Rio Grande do Norte. Seu principal rio é o Piranhas, que nasce entre PB/PE e entra no RN através da região do Seridó, atravessa todo o estado e desemboca no litoral norte, próximo a Macau. Ele é o responsável pelo acumulado na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

O rio Apodi-Mossoró tem suas nascentes nas serras de São Miguel e Luís Gomes. Seu principal rio é o Apodi, perenizado através da construção dos açudes de Bonito, Lucrécia, Vinte e Cinco de Março e Pau dos Ferros. As águas em geral são boas, podendo ser utilizadas para consumo humano, animal, industrial e outros, não havendo, portanto limitações quanto à qualidade. O município encontra-se com 100% do seu território inserido na Bacia Hidrográfica do rio Piranhas - Açú. Rios Principais: Açú e Pataxós, Riachos Principais: Olho d'Água, Velho e Dois Marrecos.

2.1.3 Solos

Os solos predominantes são: Aluviais Eutróficos com fertilidade natural alta, textura argilosa/arenosa, medianamente profundos, imperfeitamente a moderadamente drenados, relevo plano; Litólicos Eutróficos com fertilidade natural alta, rasos, textura arenosa e/ou média, fase pedregosa e rochosa, relevo ondulado, moderado a acentuadamente drenado; Vermelho Amarelo Eutrófico com fertilidade média a alta; Latossolo Vermelho Amarelo Eutrófico com fertilidade média a alta, textura média, fortemente drenado, relevo plano, muito profundo e poroso, é utilizado nas áreas de ocorrências de solos aluviais onde o aproveitamento agrícola é bastante intenso. São muito cultivados com milho, feijão, algodão, fruticultura, além da presença de extensos carnaubais. As pastagens são constituídas pelas forrageiras nativas.

Os Latossolos são aproveitados com culturas de milho, feijão, algodão, melancia e mandioca, além de pecuária extensiva de pequeno porte. São solos com limitações muito fortes ao uso agrícola pela falta d'água.

3 PERFIL SOCIOECONÔMICO

O município de Ipanguaçu tem a estimativa demográfica em 2009 de 14.056 habitantes. A partir dos dados demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) analisados foi possível perceber que no ano de 1991 a 1996 o crescimento demográfico permaneceu estável, contudo no ano de 2000 houve uma queda brusca e até o ano de 2007 houve uma pequena recuperação.

É notável que no município de Ipanguaçu a maior parte da população residente é constituída por jovens e crianças. Poucas pessoas são idosas ou estão acima dos 70 anos, a partir de tabelas estatísticas disponíveis no site do IBGE é possível perceber esses dados mais facilmente. O Rio Grande do Norte segue essa mesma linha, tendo como maior parte da população os jovens.

Na educação, o ensino básico representa um setor deficiente quanto aos investimentos e valorização do magistério. É possível notar que o ensino básico deveria obter mais investimento, contudo é o menos valorizado o que traduz um índice contraditório, pois ao mesmo tempo em que existem poucos docentes para a pré-escola, há um grande índice de crianças que nascem e precisam ir para a escola.

Com relação à economia, o município de Ipanguaçu tem o privilégio de estar inserido dentro da região beneficiada pela fruticultura irrigada, ou seja, o município está entre as bacias do Piranhas-Açú e Apodi-Mossoró, onde a dinâmica da atividade fruticultora se desenvolve. Segundo Galvão:

Embora mantendo uma estrutura fundiária concentrada e mão-de-obra de baixo aproveitamento técnico, a economia rural potiguar continua sendo de relevante participação na riqueza do Estado. Nas regiões de culturas irrigadas, verifica-se um processo de modernização e crescente mecanização das atividades agrícolas. (GALVÃO, 2005, p. 29)

Sendo assim, percebe-se que estão sendo investidos fluxos de capitais nas áreas de fruticultura irrigada, recursos estes que tem como finalidade modernizar o cultivo das frutas tropicais, em Ipanguaçu, especialmente, na produção de banana e manga, cujo mercado principal é o externo. Nota-se no gráfico a

seguir as culturas permanentes do estado do Rio Grande do Norte em 2001 e como a bananicultura tem forte expressão.

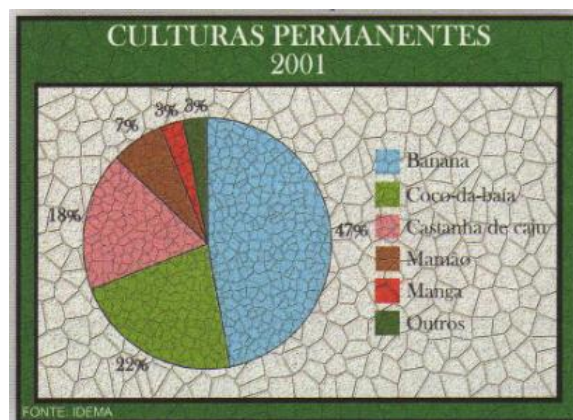


Figura 2: Produção agrícola no RN. Fonte: Galvão, 2005, p. 29

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para obtenção dos resultados foram realizadas pesquisas bibliográficas para apresentação dos conceitos e coleta dos dados a serem investigados em campo, onde percorremos o município dentre as localidades de instalações da prefeitura, da secretaria de agricultura e meio ambiente, além de ter analisado a paisagem e o espaço geográfico pertinente a nossa análise. Através das entrevistas foram investigadas diferentes realidades vividas pela população, analisando as dificuldades econômicas ditas pelo prefeito e secretário da agricultura e meio ambiente. Ainda se buscou pensar como o IFRN pode intervir dando o apoio intelectual e técnico a fim de oferecer ao município de Ipanguaçu um desenvolvimento sustentável levando em consideração a economia solidária e seus benefícios.

Para contemplação de outros segmentos sociais foram aplicados questionários com alguns técnicos agrícolas do IFRN objetivando enfatizar experiências vivenciadas e tentativas de estabelecer um projeto de economia sustentável no município de Ipanguaçu, uma vez que com esse questionário podemos perceber como o IFRN enquanto fomentadora do desenvolvimento sustentável poderia prover à essas instituições agrícolas a mão-de-obra especializada.

4.1 Base conceitual do plano

O conceito de desenvolvimento segundo Celso Furtado (2000), existem duas concepções para o termo desenvolvimento, a primeira remete ao sistema social de produção, que ao desenvolver a técnica produtiva aumenta a sua eficiência e que, conseqüentemente, traz um maior acúmulo de capital. A segunda diz respeito ao grau de satisfação humana quanto às necessidades de alimentação, moradia, vestuário, ou seja, satisfação das necessidades elementares. Sendo assim, podemos ver o desenvolvimento local sobre essas duas perspectivas, mas, dentro da perspectiva da economia solidária, o desenvolvimento real é aquele que privilegia principalmente as necessidades humanas, mas esta vai de encontro à primeira concepção, a qual é defendida pelos detentores dos grandes volumes de capital, estes vêem as necessidades humanas como custos a serem reduzidos, nas palavras de Celso Furtado:

Ocorre que a elevação do salário básico é parte de processo que compreende o aumento do coeficiente de desperdício implícito no dispêndio dos grupos de rendas altas e também a difusão, entre os grupos de renda médias, de forma de consumo mais e mais sofisticadas. Assim, a eliminação da “pobreza dentro da riqueza” faz mais difícil com o avanço da acumulação. (FURTADO, 2000, p. 23)

Essa concepção de desenvolvimento baseada no acúmulo de capital é insustentável, por isso deve-se mudar essa perspectiva, já que traz perdas significativas para uma grande fração da sociedade, como disse Milton Santos (2008, p. 109): “Com a situação atual, física e moralmente insuportável para uma enorme massa de indivíduos, cabe pensar na hipótese de urgentemente atender aos mais clamorosos sofrimentos da população (...)”.

Então, para haver um desenvolvimento local dentro da perspectiva da economia solidária, é importante que as necessidades humanas básicas – a partir do contexto singular do município em questão – sejam vistas como um objetivo a ser alcançado para um maior número de pessoas possíveis, elegendo como fator importante as necessidades elementares básicas desta população.

Além de pensar o conceito de desenvolvimento local deve-se pensar a questão da “sustentabilidade”, ou seja, as necessidades humanas devem ser satisfeitas desde que não prejudiquem as necessidades das futuras gerações.

Este conceito foi criado na década de 80 por Lester Brown (1981 apud CAPRA, 2002, p. 237), define como sendo: “a sociedade sustentável como aquela que é capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras.” A comunidade humana por muitos anos vem prejudicando as chances de sobrevivência das gerações futuras através de uma exploração e devastação desenfreada dos recursos naturais; percebe-se que esse é um fato que precisa mudar para que este planeta possa continuar a abrigar a vida humana da melhor forma possível. Pensar ciclicamente é um ponto importante para essa mudança, como expõe Fritjof Capra em seu livro “Conexões Ocultas”, ele coloca que todos os organismos necessitam de um fluxo contínuo de matéria e energia retirado no ambiente e que, por sua vez, produzem resíduos continuamente, entretanto em um ecossistema não existe resíduos, já que tudo é aproveitado no ciclo da cadeia da vida; com isso ele mostra que devemos pensar formas de não gerar resíduos, onde tudo deve ser aproveitado.

Uma perspectiva política exposta por Bertha K. Becker (1993), no qual, ela expõe que os recursos devem ter o máximo de aproveitamento e o movimento constante, a nova lógica é valorizar os produtos que possam ser reintegrados, ao fim da sua máxima utilização, na linha de produção como insumo ou matéria-prima, ela expõe:

(...) A sustentabilidade reside na busca de uma soma positiva, a sinergia, através do planejamento de processos produtivos miméticos aos ecossistemas, em estreita interconexão, bem como na reutilização que traduz a noção de movimento perene. (BECKER, 1993, p. 296)

A partir deste discurso, ela aponta três princípios básicos devem ser observados, tais como: *eficácia*, no qual os produtos que gastem menos tempo, energia, matérias-primas e que possam ser reutilizados, isto através do fluxo de informação e de novas tecnologias ou técnicas que possibilitem essa perspectiva; o segundo seria a *diferença* que é a inovação contínua pela diversidade de mercado e recursos, bem como das condições sociais e políticas, que potencializam das mais diversas maneiras os recursos locais, em que gere a máxima valorização das potencialidades autóctones em recursos naturais e do capital humano; o terceiro seria a *descentralização* que implica numa forma de descentralizar as tomadas de decisões sobre questões importantes relativas ao ‘desenvolvimento’, onde todos os atores possam ter a sua responsabilidade e competência definida.

Então pensar desenvolvimento local e sustentável é pensar em formas de valorizar o humano ao invés do capital e, também, nas gerações futuras. Para isso, devem-se ver os seguintes pontos: pensar maneiras de suprir as necessidades humanas dentro de um plano de ação empreendedor no ramo da fruticultura, bem como eliminar ou minimizar os impactos ambientais que por ventura possam haver, também, se deve encontrar alternativas para não gerar resíduos ou minimizá-los através da integração ou reintegração destes na produção de um mesmo ou em outro produto, além disso é importante observar a *eficácia*, a *diferença* e a *descentralização*. Na *eficácia* haveria de se pensar numa maneira de gastar menos matéria-prima, energia e tempo através de pesquisas sobre novas técnicas ou tecnologias que permitam extrair o mínimo possível dos

recursos naturais. Na *diferença* procurar diversificar o mercado e recursos através de novas utilizações para a produção, resíduos e etc, bem como pensar em outras formas de utilizar o capital humano através de uma condição política e social que possa gerar formas de potencializar os recursos locais. Na descentralização, onde se optaria por uma gestão participativa, onde todos teriam as suas atribuições, responsabilidades e, assim, poderem refletir conjuntamente propostas de desenvolvimento.

Reunindo as diferentes concepções de desenvolvimento, e agregando os dados obtidos, foi possível pensar e sugerir propostas de efetivação do desenvolvimento sustentável em Ipanguaçu.

5 ANÁLISE/INTERPRETAÇÃO DE DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Tentando levar uma igualdade econômica e uma oportunidade de crescimento para os pequenos produtores que o presente artigo foi elaborado. A fim de entender a dinâmica do município, as suas potencialidades e os problemas por ele enfrentado que se tentou imaginar uma solução eficaz para que essa população possa participar e compartilhar de uma economia solidária, política e sustentável.

Através de todos os dados obtidos, chegou-se a um entendimento de que o que Ipanguaçu necessita é valorizar o pequeno produtor agrícola, ou seja, implantar uma cooperativa de pequenos produtores visando diminuir a dependência das grandes empresas de fruticultura aumentando a autonomia do município e dos pequenos produtores agrícolas. Sabe-se que a Finobrasa, empresa fruticultora cujo principal produto é a manga, tem algumas parcerias com pequenos produtores, mas essa parceria busca suprir as necessidades do mercado externo e não o interno. Ao contrário da proposta da cooperativa que objetiva trazer independência econômica para os pequenos produtores e uma maior movimentação da economia local produzindo para o mercado regional pensando nas peculiaridades do território a que pertence. Para melhor entender o papel da regionalidade, segundo Benko,

O território regional pode ser caracterizado, em primeiro lugar, como um espaço de comunicações para a integração de *know-how* e produção cultural. Ele se constitui, notadamente, a partir da inserção dos atores locais em redes de inovações e externalidades que associam diferentes papéis de excelência da região, assim como das práticas que eles desenvolvem aí. O território regional é também um quadro de vida partilhado e uma vivência coletiva das vantagens da amenidade específica oferecida pela região, sobretudo combinando harmoniosa e eficazmente as diversas amenidades locais. (BENKO, 2002, p. 79)

Ou seja, o regionalismo é caracterizado pelos atores locais que têm fundamental importância para o desenvolvimento do município e dentro da perspectiva da cooperativa idealizada; esses papéis serão igualmente distribuídos, onde não haverá desvalorização dos trabalhadores, será uma cooperativa baseada nos três conceitos mencionados a princípio: a *eficácia*, para a utilização prática dos meios de produção a fim de facilitar o fluxo das informações proporcionando novas técnicas que venham a somar no processo de cultivo das frutas tropicais; a *diferença* que é caracterizada pela constante busca de inovações através de pesquisa de mercado onde a cooperativa iria produzir visando às necessidades da localidade produzindo as frutas a partir do paladar da população; por fim a *descentralização* que tem como objetivo a não monopolização dos meios de produção e das técnicas, levando à cooperativa o foco da auto-gestão, onde todos os beneficiados teriam participação ativa nas decisões. Sobretudo, seguindo esses passos, a cooperativa tem muito a crescer e tornar-se uma empresa competitiva junto ao mercado fruticultor, gerando lucro, desenvolvimento sustentável, social e local.

Quanto à importância do IFRN – Ipanguaçu, apresentamos os resultados das entrevistas feitas aos docentes que atuam no curso de Agroecologia:

Questionário 1 – Professores do Curso de Agroecologia (IFRN – Ipanguaçu)

1. O curso de Agroecologia discute a atuação das empresas multinacionais no vale do Açu ou em Ipanguaçu?
2. O IFRN em Ipanguaçu tem parceria com as empresas agroindustriais?
3. O instituto desenvolve projeto ambiental na área de fruticultura irrigada?
4. Há parcerias ou projetos entre instituto e as empresas de fruticultura irrigada visando a questão ambiental?

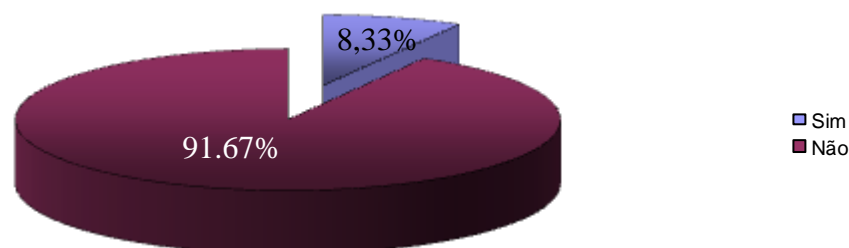


Figura 3 – Gráfico referente às respostas dos professores ao questionário

O único caso de sim foi referente às parcerias (questão 2), foi alegado que na realidade não há parcerias entre as empresas fruticultoras e o IFRN, contudo em alguns momentos a empresa Finobrasa contratou alguns estagiários do curso de Agroecologia, mas não foi uma relação efetiva, ou seja, foi uma parceria limitada.

Nos casos de não, pode-se concluir que o curso de Agroecologia não possui, ainda, nenhum projeto direcionado a fruticultura irrigada no município, por que o curso ainda é novo, as empresas são muito restritas a incentivos e não têm interesse em estabelecer parcerias sem que haja resultados prévios.

O Posicionamento dos representantes do poder público:

Questionário 2 – Prefeito do município de Ipanguaçu e o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Buscando aprofundar os estudos na região e melhor entender sua dinâmica econômica, foi aplicado ainda um questionário ao prefeito de Ipanguaçu e ao secretário de agricultura e meio ambiente, onde se obteve grandes contribuições e os seguintes resultados:

1. Existe algum projeto que tenha como parceiros as empresas de fruticultura irrigada?

O prefeito e o secretário alegaram que não há projetos em parceria com empresas multinacionais que tragam benefícios e qualidade de vida aos pequenos produtores. Uma vez que tais empresas não têm interesse em investir no trabalhador local a fim de torná-los independentes e sim moldá-los as práticas excludentes e lucrativas dos grandes investidores na fruticultura irrigada.

2. Como as empresas se envolvem com a comunidade?

O secretário afirmou que as empresas agroindustriais, por serem fomentadoras da economia, não oferecem nenhum tipo de envolvimento com a comunidade, apenas nos momentos em que o município passa por grandes dificuldades como as enchentes. Já o prefeito alegou que o envolvimento dessas empresas com a comunidade é muito fraco, elas não apóiam a população e nem a economia do município.

3. A Del Monte tem participado da vida municipal?

O secretário alega que sim com relação aos impostos que são pagos ao município e aos salários pagos aos trabalhadores locais. Já o prefeito afirma que não, uma vez que pagar impostos e salários são obrigações da empresa, uma vez que estão constituídas nas leis trabalhistas. Vale ressaltar que de certa forma os impostos e os salários pagos pelas empresas influenciam a economia local, apesar de não ser o suficiente.

4. Quais são as demais atividades econômicas do município?

As demais atividades econômicas do município são o comércio de cereais e carne bovina, que atua em menor escala e a atividade ceramista, a qual trás sérios problemas ambientais, pois não é uma atividade sustentável.

Entretanto, a principal atividade econômica do município é a fruticultura irrigada (mamão, banana e manga) tanto para pequenos produtores como para os grandes produtores, mas esse mercado é monopolizado pelas empresas de maior porte, o que inviabiliza o crescimento dos pequenos produtores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a modernização da fruticultura irrigada no oeste potiguar foi fator para gerar um forte crescimento dentro da região em que essa atividade é predominante, contudo com a chegada de empresas multinacionais o pequeno produtor que usa a agricultura como fonte de subsistência foi prejudicado. A partir do momento em que essas empresas usufruem das terras e das potencialidades dessa região de forma desenfreada o pequeno produtor começa a ter menos possibilidades de participação econômica dentro da sua localidade. Assim acontece no município de Ipanguaçu e, portanto, é uma situação que merece atenção. É importante analisar como ajudar na transformação dessa realidade, foi pensado em uma cooperativa, baseada na economia solidária e nos princípios do desenvolvimento sustentável, onde esses pequenos produtores usufruiriam de suas terras para a subsistência e ao mesmo tempo estaria fomentando a economia local e regional. O IFRN em Ipanguaçu, enquanto interventor, teria o papel de fornecer mão-de-obra qualificada para o sucesso técnico da cooperativa, além de ajudar no desenvolvimento local e sustentável. É fato que ainda não existe nada acabado, ainda é preciso estudo e análise profunda da situação, entretanto mediante ao pouco de informações que foi colhido se pôde considerar que dessa forma seria uma alternativa eficaz para a melhoria da qualidade de vida daquela população. Uma vez que geraria emprego, autonomia e fonte de renda com a intenção de suprir as necessidades da cooperativa e dos membros que dela fariam parte.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Gleydson Pinheiro. Multinacionais do Ramo de Bananicultura: A Atuação da Del Monte Fresh Produce no Município de Ipanguaçu-RN.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-305.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do séc. XXI. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002. 206 p.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas**: Ciência Para Uma Vida Sustentável. São Paulo. Cultrix. 2002.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 10 Jan 2010.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVLHO, Edilson Alves de; ROCHA, Aristotelina P. Barreto. Atlas, **Rio Grande do Norte**: Espaço Geo-Histórico e Cultural. João Pessoa, PB: Grafset, 2004. 144 p.

FURTADO, Celso. 1920 - **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural/ Celso Furtado. 3. ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALVÃO, Maria Luiza de Medeiros. **Rio Grande do Norte**: Geografia. Natal: Edição do autor, 2005. 134 p.

Imagens: Disponível em: <<http://images.google.com.br/imghp?hl=pt-BR&tab=wi>> Acesso em: 10 Jan 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Coleção Milton Santos. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.